

REQUERIMENTO Número / (.ª)

PERGUNTA Número / (.ª)

Expeça - se
Publique - se
O Secretário da Mesa

Assunto:

Destinatário:

Ex. ma Sr.ª Presidente da Assembleia da República

Em fevereiro de 2010, o Instituto da Habitação e da Reabilitação Urbana (IHRU) aprovou um financiamento, para a construção de 38 fogos em regime de Contrato de Desenvolvimento da Habitação, à empresa IMOSLOUDOS – Construção Civil e Obras Públicas, S.A., no valor de 1.785.523 euros em Ferreiras, concelho de Albufeira.

Em junho de 2013, os primeiros fogos construídos ao abrigo deste Contrato de Desenvolvimento da Habitação foram comercializados, para habitação própria e permanente, tendo os adquirentes – selecionados através de concurso promovido pela Câmara Municipal de Albufeira – começado a habitar esses fogos a partir de setembro de 2013.

Contudo, cedo constataram que as instalações elétricas das suas habitações não estavam certificadas, pelo que não podiam contratar, junto de uma empresa distribuidora, o fornecimento de energia elétrica.

Entretanto, enquanto aguardavam que a empresa IMOSLOUDOS desencadeasse o processo de certificação, consumiam, nas suas habitações, energia elétrica da obra, pagando ao empreiteiro cerca de 40 euros mensais, em média, por habitação.

Esta situação prolongou-se até janeiro de 2014, altura em que a IMOSLOUDOS passou a exigir a cada morador, pelo consumo de energia elétrica da obra, quantias superiores a 100 euros mensais.

Os moradores, revoltados, recusaram esta imposição da IMOSLOUDOS e exigiram que as instalações elétricas fossem certificadas, de acordo com os procedimentos legais, de modo a poderem contratar, com uma empresa distribuidora, o fornecimento de energia elétrica às suas habitações.

A IMOSLOUDOS não procedeu à certificação das instalações elétricas e a empresa distribuidora de energia elétrica cortou o fornecimento no dia 21 de julho de 2014.

Desde essa altura, 28 agregados familiares – que habitam os 28 fogos já comercializados pela IMOSUDOS – não têm acesso a energia elétrica nas suas habitações. Esta é uma situação inaceitável, que exige uma célere intervenção do IHRU.

Os moradores já contactaram o IHRU, por diversas vezes, para solicitar a sua intervenção na resolução deste problema, não tendo recebido qualquer resposta.

Acresce que as obras ainda não estão totalmente concluídas (falta o arranjo do espaço envolvente dos 38 fogos) e as fachadas, as coberturas e o interior das habitações apresentam já sinais de degradação. Os moradores tentaram contactar a IMOSUDOS para que as obras fossem concluídas e as reparações nas fachadas, nas coberturas e no interior das habitações fossem realizadas, mas sem sucesso.

Ao abrigo das disposições constitucionais, legais e regimentais aplicáveis, solicitamos ao Governo que, por intermédio do Ministério do Ambiente, Ordenamento do Território e Energia, nos sejam prestados os seguintes esclarecimentos:

1. Como justifica o Governo que o IHRU, perante o corte do fornecimento de energia elétrica aos moradores de habitações financiadas pelo Estado no regime de Contrato de Desenvolvimento da Habitação, não tenha intervindo no sentido de pôr fim a essa inaceitável situação?
2. Como justifica o Governo que o IHRU tenha permitido a comercialização de habitações por si financiadas sem que as instalações elétricas tenham sido certificadas previamente? Como justifica o Governo que o IHRU, após a comercialização das habitações, não tenha intervindo no sentido de garantir uma célere certificação das instalações elétricas e permitisse que a situação se arrastasse por mais de um ano (desde junho de 2013)?
3. Qual o acompanhamento feito pelo IHRU à comercialização dos 38 fogos por si financiados?
4. Como avalia o IHRU o facto de a IMOSUDOS – Construção Civil e Obras Públicas, S.A. não ter requerido a certificação das instalações elétricas das habitações e ter ela própria fornecido energia elétrica da obra aos moradores, cobrando-lhes 40 euros mensais e, a partir de janeiro de 2014, tentando cobrar-lhes mais de 100 euros mensais?
5. Que medidas o IHRU irá tomar no sentido de garantir a imediata reposição do fornecimento de energia elétrica aos moradores deste bairro?
6. Que medidas o IHRU irá tomar no sentido de garantir a rápida a certificação das instalações elétricas dos fogos já comercializados?
7. Que medidas o IHRU irá tomar no sentido de garantir a conclusão das obras na envolvente das 38 habitações e as reparações nas fachadas, nas coberturas e no interior das habitações?

Palácio de São Bento, domingo, 21 de Setembro de 2014

Deputado(a)s

PAULO SÁ(PCP)